

A REVISTA DE NEGÓCIOS DO AÇO

SIDERURGIA

Brasil

Grips Editora – Ano 22 – Nº 148 julho 2021

IMPORTAÇÃO DE AÇO COMO TRATAMOS ESTE ASSUNTO

A NECESSIDADE DA REFORMA ÉTICA
ANTES DA REFORMA TRIBUTÁRIA

A MODERNIZAÇÃO DAS
EMPRESAS APÓS A COVID 19



DIGITAL



Red Bud

Produzindo material plano que permanece plano.



**SOLUÇÕES COMPLETAS
PARA PROCESSAMENTO
DE BOBINAS**

Seu material está realmente plano?

Você está confiante de que seu material vai continuar plano depois que seu cliente cortar a laser, na guilhotina ou puncionar? Só porque o material parece plano, não significa que ficará assim. Devido a tensões internas contidas no aço, uma vez que o material é cortado, pode apresentar o efeito mola (memória da bobina). O Sistema de Nivelamento por Estiramento produz o material mais plano e mais estável possível, independentemente da forma da tira que é processada. Em uma comparação de resultados, o estiramento será sempre muito superior a qualquer outro tipo de processo de nivelamento.

O desafio da Red Bud – Como o Nivelador Estirador excede o limite de escoamento em todo o material, de cima para baixo e de lado a lado da bobina, o processo produz material plano que é significativamente mais estável do que qualquer outro produto. O Niveladores Estiradores também são muito mais fáceis de operar do que outros tipos de Niveladores. O operador simplesmente estira o material até que esteja plano. O resultado final é um material plano e que permanece plano. Seus clientes vão notar a diferença.



Antes do Estiramento



Depois do Estiramento

5 ANOS DE GARANTIA



Produto Final



Red Bud Industries

RedBudIndustries.com | 001-618-282-3801

Contate nosso representante comercial independente no Brasil

VPE Consultoria

11 -999860586

mader@vpeconsultoria.com.br

4

EDITORIAL

IMPORTAÇÃO DE AÇO

Com uma pulga metálica atrás da orelha

6



14

LEGISLAÇÃO

Abertura comercial: avanço ou mais um cavalo de troia?

COMÉRCIO

Abertura comercial e crescimento

22



26

TECNOLOGIA

Como a Covid-19 influenciou a Transformação Digital na Indústria

POLÍTICA

A necessidade da reforma ética antes da reforma tributária

30



34

MERCADO

Produção mundial de aço cresceu 14,4% no primeiro semestre

ESTATÍSTICAS 40

46

VITRINE

ANUNCIANTES 48

A questão da importação do aço: solução ou confusão?



HENRIQUE ISLIKER PÁTRIA
EDITOR RESPONSÁVEL

O assunto do momento na siderurgia nacional diz respeito à importação de aço. Sem dúvida, é uma questão que causa o maior rebuliço no setor. Mas, como tudo na vida, depende do ângulo pelo qual a situação é vista.

Rapidamente, vamos então tentar explicar a presente politomia. Para o consumidor final, a entrada de aço importado acaba sendo mais uma opção de mercado, e lhe permite possibilidade de escolha, levando em conta fatores como a qualidade, a presteza no atendimento, a assistência técnica, os prazos de entrega e, o mais importante dos quesitos: o preço.

Já para as usinas, é mais uma preocupação, pois mesmo com o aumento de pro-

dução e atendimento ao mercado interno, há setores que reclamam – com ou sem razão – de problemas relacionados ao desabastecimento, ao aumento de preços e, ainda, à extensão dos prazos de entrega.

Por sua vez, para os distribuidores e revendedores, o aço importado é um concorrente a mais. E, como agora é que estão começando a chegar aços comprados em janeiro ou fevereiro, com os preços daquela época, isso se torna uma dor de cabeça adicional. Finalmente, para o governo que quer aumentar a participação de produtos brasileiros no comércio mundial, o assunto é um “fio da navalha” entre atender aos produtores nacionais, que querem o mercado fechado; atender aos clientes, que querem aço de qualidade a preços mais baixos e, possivelmente, entregas mais rápidas; e, ainda, a pressão internacional por mais abertura.

Nesta edição da revista **Siderurgia Brasil**, explicamos em várias matérias os detalhes todo este imbróglio, e damos a cada leitor a oportunidade de fazer o seu

próprio julgamento sobre a questão. Além disso, tratamos de outras questões muito sérias relacionadas ao momento atual. Uma delas busca resposta para a pergunta: “Antes da reforma tributária, não seria necessário fazer uma reforma ética das pessoas que vão cuidar do assunto?” E outra, para a seguinte questão: “Como a COVID influenciou a vida das empresas e seu desenvolvimento?”

Em nossas páginas, trazemos também uma análise com muitos detalhes sobre o comportamento do mercado siderúrgico global ante ao fato de que a China, mais uma vez, superou a tudo e a todos, produzindo mais da metade do aço do planeta no primeiro semestre de 2021. E saiba tudo sobre a nova ferramenta patenteada pela Usiminas e, ainda, sobre as importantes datas que a ArcelorMittal-Vega e a CSP estão comemorando em suas plantas.

E como queremos que nossos leitores continuem sendo sempre os mais bem informados do nosso mercado, mais uma vez convidamos vocês a nos prestigiar com seu acesso a todos os nossos canais digitais.

Boa leitura!

GRIPS
EDITORA

Ano 22 – nº 148 – Julho 2021

Siderurgia Brasil é de propriedade da Grips Marketing e Negócios Ltda. com registro definitivo arquivado junto ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial sob nº 823.755.339.

Diretoria:

Henrique Isliker Pátria
Maria da Glória Bernardo Isliker

Coordenação de TI:

Versão Digital

Vicente Bernardo
vicente@grips.com.br

Coordenação jurídica:

Marcia V. Vinci - OAB/SP 132.556
mvvinci@adv.oabsp.org.br

Produção:

Editor Responsável

Henrique Isliker Pátria - MTb-SP 37.567

Reportagens Especiais

Marcus Frediani - MTb 13.953

Comercial:

henrique@grips.com.br
marcia@grips.com.br

Projeto Editorial:

Grips Editora

Projeto gráfico e Edição de Arte / DTP:

Ana Carolina Ermel de Araujo

Capa:

Criação: André Siqueira

Créditos: Montagem com fotos da Shutterstock e de divulgação

Divulgação:

Através do portal: <https://siderurgiabrasil.com.br>

Observações:

A opinião expressada em artigos técnicos ou pelos entrevistados são de sua total responsabilidade e não refletem necessariamente a opinião dos editores.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS:

Grips Marketing e Negócios Ltda.

Rua Cardeal Arcoverde 1745 – conj. 113 São Paulo/SP – CEP 05407-002

Tel.: +55 11 3811-8822 - www.siderurgiabrasil.com.br

Proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou qualquer meio, sem prévia autorização.



Com uma pulga metálica atrás da orelha

Cercada de incertezas, a hipótese de facilitar a entrada de aço importado no Brasil divide opiniões e gera intensas polêmicas.

Marcus Frediani

A pandemia da COVID-19 impactou o setor siderúrgico nacional de diversas e severas maneiras. Entre elas, em especial, a paralisação dos negócios – sublimada especialmente pela paralisação de diversos altos-fornos e de aciarias – gerou grandes danos associados a reclamações de desabastecimento por parte dos clientes e, ainda, teratologias como o aumento de preços da liga, criando cenários de tempestade perfeita. E, como não poderia ser diferente, acabou por jogar lenha na fogueira na discussão do famigerado “Custo Brasil” para a internalização de aço importado, trazendo à baila o vislumbre de os *players* locais na ponta da cadeia passarem a considerar a importação de aço como saída viável para solucionar o imbróglio.

Nessa toada, alguns fatos mais recentes acenderam novos focos de incêndio difíceis de apagar e/ou serem ignorados. Um

Voltar para o Índice de Matérias

Foto: Depositphotos.com

desse sinais foi dado no dia 19 de maio, quando a Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) solicitou ao governo a redução da tarifa de importação do aço, por meio de uma proposta entregue à Câmara de Comércio Exterior (Camex) do Ministério da Economia, pleiteando que esta fosse alterada de 12% para 1% por um período de 12 meses, em uma medida de “choque de oferta” para aumentar o fornecimento e fazer despençar os preços do produto.

“Pesquisas indicam que não estamos tendo o abastecimento suficiente. Por isso, há uma especulação de preços e o setor está pressionado”, afirmou na oca-



Foto: Divulgação CBIC
José Carlos Martins, presidente da CBIC: pesquisas indicam que não estamos tendo o abastecimento suficiente

sião o presidente da CBIC, José Carlos Martins, ressaltando que tais levantamentos, auditados em abril por meio de um levantamento com 277 construtoras brasileiras, revelaram que 83,4% dos respondentes não estavam recebendo todo os vergalhões de aço solicitados às siderúrgicas, e 70,4% delas não estavam conseguindo encontrar os produtos não fornecidos em revendedores. “Por outro lado, a alta de preços do aço tem desacelerado o ritmo da construção civil, que, de acordo com o Índice

Nacional de Custo da Construção (INCC) da Fundação Getúlio Vargas, subiram 25,7% nos 12 meses encerrados em maio.



Foto: Depositphotos.com

As maiores altas são dos tubos e conexões de ferro e aço, vergalhões e arames de aço ou carbono”, registrou Martins, para endossar a reivindicação à Camex.

À época, o Instituto Aço Brasil rebateu as argumentações da CBIC, pontuando, em primeiro lugar, que a produção e a oferta brasileiras de aço vinham crescendo mês a mês e, portanto, não havia desabastecimento. Complementarmente, negou a existência de especulação de preços do aço, creditando o aumento destes ao impacto do novo ciclo de *commodities*, que havia deixado todas as matérias-primas do setor mais caras ao longo do último ano, com destaque para a sucata de minério de ferro, cujos preços subiram 147,6% e 115,2%, respectivamente.

Agora, o mesmo discurso praticamente teve um *replay* durante a mais recente Coletiva de Imprensa do Aço Brasil, realizada no dia 22 de julho, quando a entidade divulgou alvissareiros dados de mercado referentes ao primeiro semestre de 2021, tais como a notícia de que a produção de aço bruto do Brasil

cresceu 24% no primeiro semestre. Sobre as pressões do setor de construção civil para a redução das tarifas de importação de produtos siderúrgicos pelo governo federal, o presidente-executivo da entidade, Marco Polo de Mello Lopes, afirmou que não há risco de desabastecimento de produtos utilizados pelas construtoras.

Lopes também negou qualquer tipo de negociação com Paulo Guedes, ministro da Economia, para manutenção dos preços até o final de 2021. “Não existe possibilidade de avançarmos em relação a um acordo. O pedido de um determinado segmento, que começa com uma narrativa de que estamos retardando a produção para enxugar a oferta e aumentar preço não corresponde à realidade. Para que redução

de imposto de importação? Conseguimos enxergar apenas um único objetivo: melhorar a margem de quem está no negócio de importar aço”, desferiu a pedrada, sem, contudo, deixar de demonstrar preocupação com as estatísticas das exportações das usinas brasileiras, que sofreram queda de 13,7% no primeiro semestre de 2021, bem como



Foto: Divulgação IABR
Marco Polo de Mello Lopes, presidente-executivo do IABR: não há risco de desabastecimentos



O maior e mais completo estoque de aços planos do Brasil

Chapas Grossas – Laminados a Quente – Laminados a Frio – Galvanizados

das importações, que evoluíram 140,6% de janeiro a junho deste ano, somando 2,5 milhões de toneladas.

Reações na Bolsa

Mais combustível na referida fogueira foi lançado no último dia 23 de junho, quando a Câmara dos Deputados aprovou o projeto de lei de conversão da Medida Provisória nº 1.040/2021, conhecida como “MP da Modernização do Ambiente de Negócios no País”, cujo texto, sob pressão do *lobby* da indústria, retirou a proibição a um tipo de barreira comercial para a entrada de produtos estrangeiros no país: a vedação ao chamado “preço de referência”, para importações, uma prática que vigorou no País por mais de 70 anos e é vetada pela Organização Mundial do Comércio (OMC).

A seu turno, a fala do ministro da Economia, Paulo Guedes, durante *live* do Valor Econômico sobre a potencial redução das tarifas de importação de aço, realizada no dia 14 de julho, derrubaram o valor das ações das siderúrgicas na Bolsa de Valores, gerando também muitas dúvidas e especulações entre os investidores sobre o que havia de concreto nas falas do ministro.

Questionados na *live* do Valor pelos investidores, os analistas do setor emitiram

uma nota dizendo que estes confirmaram o entendimento anterior de que a redução proposta seria de 10%, e não de 10 pontos percentuais. Ou seja, a tarifa de importação seria reduzida em 1,2 ponto percentual, de 12% para 10,8%, o que, na análise deles traria “impactos limitados” sobre a atividade das principais empresas do setor siderúrgico nacional, além de não representarem uma grande surpresa, uma vez que a abertura do mercado é uma pauta bastante conhecida do atual governo brasileiro, dinâmica esta que vem sendo observada com muita atenção pelas siderúrgicas estrangeiras, que estão lutando para acompanhar a forte recuperação da demanda desde o segundo semestre de 2020. E tudo isso somado à volatilidade dos preços do aço no exterior, bem como os efeitos da movimentação cambial, que têm sido consideráveis, continuaria a manter o apetite pelo aço importado em níveis ainda relativamente baixos.

Com tudo isso em tela, o cenário é, como não poderia deixar de ser, de incerteza e de um inquietante compasso de espera. E um sério agravante nessa história tem sido a impossibilidade alegada pelas usinas siderúrgicas nacionais de não continuarem

com tudo isso em tela, o cenário é, como não poderia deixar de ser, de incerteza e de um inquietante compasso de espera. E um sério agravante nessa história tem sido a impossibilidade alegada pelas usinas siderúrgicas nacionais de não continuarem



Foto: Ministério da Economia

Paulo Guedes,
Ministro da
Economia: medidas
tomadas em contexto
de demanda
aquecida

a aumentar os preços do aço no mercado interno. “Com receio de pressão inflacionária, o ministro Guedes propôs que não se fizessem novos aumentos. Porém, respondemos que, por questões de *compliance* e de concorrência e políticas comerciais próprias, não poderíamos firmar esse compromisso”, enfatizou Marco Polo Lopes, do Aço Brasil, em recente reportagem ao jornal Valor Econômico. E, ainda segundo ele, o pé no breque na escalada dos preços tornou-se ainda mais impraticável à medida em que a perspectiva de o cenário de alta das *commodities* – razão dos reajustes no Brasil e no mundo –, que mostrava sinais de estabilização, efetivamente não se materializou, deixando claro também que a discussão sobre a redução de alíquotas de importação envolve todos os setores, não só o do aço, e que a iniciativa depende do aval dos sócios do Mercosul.

Impactos na distribuição

E se a decisão de importar aço ou não importar passa por vieses e análises de alta complexidade, alguns fatos concretos levam à reflexão do que seguir para um lado ou para o outro pode ocasionar. Exemplo? Bem, segundo dados informados pelo Instituto Nacional dos Distribuidores (INDA) em sua mais recente Coletiva Mensal de Imprensa, no dia 21 de julho, a chegada de mais de 220 mil toneladas de aço importado no mês de junho ao Brasil impactou negativamente os números da distribuição e processamento de produtos siderúrgicos. Embora não se possa assegurar com absoluta certeza de que isso tenha sido o fato gerador, fato é que a queda nas vendas do setor foi de 6,4% em relação a junho, atingindo a 300 mil toneladas, contra 320,3 mil toneladas registradas no mês anterior. Coincidência ou não, os pro-

LCT - LINHA DE CORTE TRANSVERSAL

QUALIDADE DE LASER



LCT DE 1/4" (6,35MM)



QUALIDADE + PRODUTIVIDADE + INOVAÇÃO
QUALITY PRODUCTIVITY INNOVATION

duto que mais chegaram – os laminados a quente e as folhas metálicas representaram mais de 15% do tombo nas vendas.

Em números finais divulgados pela entidade, o Brasil importou em junho 225.970 mil toneladas de aços vindos de diversos fornecedores globais, contra 188.994 mil toneladas registradas no mês anterior, o que, portanto, resultou em um crescimento da ordem de 20% nas operações. E para as importações, a expectativa do INDA para os próximos meses é de que a situação também permaneça muito próxima desse patamar, uma vez que muitas encomendas feitas no começo deste ano estão chegando agora no Brasil.

“Trata-se de uma situação de certa forma anunciada, pois com a falta de aço na retomada forte da economia no início de 2021, os consumidores naturalmente buscaram novas fontes de fornecimento, uma vez que mesmo com a ampliação de oferta não era possível atender a toda demanda, não se importando muito com os preços, uma vez que a falta do produto era evidente”, pontua acerca do tema o presidente do INDA, Carlos Jorge Loureiro.

Estamos recebendo agora, através dos importadores, aços com preços meno-

res daqueles que estão sendo praticados hoje pelas distribuidoras, uma vez que estes produtos foram comprados no exterior com os preços daquela época. Por isso é notada a defasagem de preços entre os aços importados e aqueles oferecidos pelo distribuidor nacional.



Foto: Divulgação INDA
Carlos Jorge Loureiro, presidente do INDA: mercado tende a voltar à normalidade até o final do ano

E vale lembrar que para a distribuição, os ajustes no preço do aço, subiram em 2021 cerca de 65% em relação ao final do ano passado.

Loureiro entende que o mercado permanece forte, mas, evidentemente, com a chegada dos aços importados, haverá uma acomodação natural com os compradores, buscando os melhores preços sejam de importadores ou de distribuidores. Contudo, ele também diz que as margens da rede de distribuição já estão recuando, e fatalmente devem recuar mais, uma vez que o mercado é um só, e estará sendo fortemente disputado. Sendo assim, a expectativa do INDA para o próximo trimestre é de que o quadro provavelmente permaneça o mesmo, com queda nas vendas das distribuidoras e a chegada de aço importado com preços inferiores aos praticados pelas usinas.

Mas a previsão do Instituto é de que o mercado tende a voltar à normalidade

até o final do ano, com as distribuidoras atendendo aos clientes menores que não tem acesso às usinas, principalmente pela questão da quantidade, uma vez que as siderúrgicas nacionais deverão continuar dando prioridade ao atendimento dos *heavy users*, tais como a indústria automotiva, por exemplo. “Com isso, os demais consumidores deverão passar a se abastecer com volumes parte das usinas e parte dos distribuidores, sem deixar de fazer algumas compras no mercado internacional. Em outras palavras, a importação deve continuar, mas em outros patamares, uma vez que as compras que estão sendo fechadas agora já se referem a preços atualizados, e chegarão ao Brasil apenas daqui a quatro ou cinco meses, com preços muito maiores ou até superiores aos praticados internamente”, conclui Loureiro.

Cautela na América Latina

E, pelo que afirmou Alejandro Wagner, diretor executivo da Asociación Latinoamericana del Acero (Alacero) à reportagem da revista **Siderurgia Brasil**, a região está preparada para encarar esse desafio. Segundo ele, a pandemia da COVID-19 reduziu bastante o consumo de aço, mas a recuperação



Foto: Divulgação Alacero
Alejandro Wagner, diretor executivo da Alacero: a região está preparada para encarar o desafio

está se dando na mesma velocidade da queda. “As empresas do setor do aço da América Latina se organizaram rapidamente para ajustar os tempos de produção e atender ao aquecimento do mercado, gerando uma queda nos estoques intermediários de maneira pontual. Hoje, essa situação encontra-se normalizada na região”, sublinha

Assim, frente a uma situação conjuntural, Wagner diz que não lhe parece muito prudente tomar medidas que possam ter efeitos estruturais no médio e longo prazos, tais como abrir as portas da região para a importação de aço a partir de países que não praticam economia de mercado, o que, entre outras coisas, colocaria em risco os 1,2

milhão de empregos locais, além de provocar desindustrialização. “Acreditamos que a normalização, abre uma margem para que a crescente demanda interna seja preenchida pela produção local. E, para obter o máximo proveito da potencial desaceleração da produção chinesa no futuro, os governos latino-americanos precisam criar condições que ajudem os produtores de aço regionais a competir globalmente, como aliviar a carga tributária e simplificar a logística e a burocracia”, postula o diretor executivo da Alacero.

Abertura comercial: avanço ou mais um cavalo de troia?

Especialista em Direito e Comércio Internacional faz uma avaliação sobre o polêmico tema da “MP da Modernização do Ambiente de Negócios no País”, que agora tramita no Senado.

Marcus Frediani

No último dia 23 de junho, a Câmara dos Deputados aprovou o projeto de lei de conversão da Medida Provisória nº 1.040/2021, conhecida como “MP da Modernização do Ambiente de Negócios no País”. O projeto está em análise no Senado Federal, para depois ser encaminhado para sanção do presidente da República. Como o projeto deriva de uma medida provisória editada pelo próprio presidente, a expectativa é de que ainda no mês de agosto a lei venha a ser sancionada.

Entre outros assuntos, a MP aborda normas jurídicas para facilitação do comércio exterior, a fim de aumentar a integração do Brasil à economia global, com medidas de simplificação e facilitação referentes ao comércio internacional. Por conta disso, ela vem gerando bastante agitação e polêmica no mercado, principalmente, entre as usinas siderúrgicas brasileiras, receosas que ela venha a ser mais um Cavalo de Troia para combalir a venda de aços nacionais e a nossa já escassa competitividade internacional.

Para falar sobre o tema, a revista **Siderurgia Brasil** convidou o advogado e especialista em Direito Marítimo e na área de Transportes e Comércio Internacional, sócio da RC Law e presidente e cofundador da Youngship Brazil, Larry Carvalho. Confira o que ele nos disse e tire suas próprias conclusões.

Siderurgia Brasil: Larry, não é segredo para ninguém que o famigerado “Custo Brasil” é um dos principais alçozes da economia brasileira, produzindo, entre outras teratologias, a perda de recursos financeiros e, por tabela, o atraso do

desenvolvimento do país. Nesse sentido, quais benefícios – notadamente o de natureza econômica – a aprovação da Medida Provisória 1.040/2021 pode proporcionar?

Larry Carvalho: Bem, o principal objetivo dela é reduzir a burocracia e modernizar o ambiente de negócios no Brasil, com reflexos diretos no aumento da integração do Brasil à economia global, no que tange à simplificação e facilitação de processos relacionados ao comércio internacional. Na prática, segundo estimativas do governo, as mudanças proporcionarão uma economia de R\$ 3,5 bilhões ao ano para as empresas de importação, além de eliminar mais de R\$ 80 milhões em taxas pagas ao governo.



Larry Carvalho, sócio da RC Law e presidente da Youngship Brazil: hoje, o Brasil exige licenças em cerca de 62% de todas as operações de importação

E como a MP contribuirá para isso?

Uma das principais medidas para combater o “Custo Brasil” nas importações é a flexibilização do procedimento de Licenciamento de Importação, que deverá facilitar a entrada e a redução de custo dos produtos importados. Atualmente, o procedimento exige diversas etapas burocráticas e algumas vezes pode envolver até seis órgãos anuentes. Hoje, o Brasil exige

licenças em cerca de 62% de todas as operações de importação, enquanto países desenvolvidos exigem em apenas 10% das operações, fazendo com que o Brasil esteja inserido no nada seleto rol dos países que mais exigem licenciamento no mundo. A Confederação Nacional da Indústria (CNI) reporta até alguns absurdos em que é necessária uma “licença” para o importador comprovar que não precisa de Licenciamento de Importação.

Em outras palavras, por conta disso, além de muito burocrático, o processo se torna demasiadamente moroso.

Sem dúvida. E é exatamente isso que demonstra o primeiro Estudo de Tempos de Liberação de Cargas (o *Time Release Study*), elaborado pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), em parceria com a Secex, Anvisa e Mapa, e desenvolvido conforme a metodologia da Organização Mundial das Aduanas (OMA). Levando em conta os tempos medidos do processo integral da importação – ou seja, desde a chegada do veículo transportador até a entrega da carga ao importador, envolvendo todas as unidades nos modais aéreo, marítimo e rodoviário –, o levantamento revelou que o tempo médio entre o Período e o Deferimento da Licença gira em torno de 178 horas para os 12 órgãos anuentes, com destaque para a Anvisa, com 304 horas;

Exército, com 467,23 horas; para o Inmetro, com 410,68h; e para o Mapa, que lida com produtos eminentemente perecíveis, com tempo médio de 505,43 horas, enquanto que para licenças que são analisadas após a chegada da mercadoria e antes do registro da Declaração de Importação o tempo médio é de 108 horas.

O texto passou na íntegra na Câmara?

Não. A Câmara retirou a proibição a um tipo de barreira comercial para a entrada de produtos estrangeiros no País. Pressionados pelo *lobby* da indústria, os deputados suprimiram do texto da MP o artigo 7º, que tratava da vedação ao chamado “Preço de Referência” para importações, a famosa política da pauta mínima, que exigia preços mínimos para concessão de importação de alguns produtos importadores, uma prática que vigora no país há mais de 70 anos, e é proibida pela Organização Mundial do Comércio (OMC) e pelo Acordo de Valoração Aduaneira. Com isso, os órgãos anuentes podem voltar a exigir preços de referência para deferimento de Licença de Importação.

E isso pode ser considerado um avanço ou algo genuinamente inovador? Em que medida?

A MP inova ao vedar a exigência de Licenciamento de Importação em razão de



características das mercadorias quando não existir previsão em ato normativo. E isso deverá reduzir drasticamente a necessidade de Licenciamento de Importação, e assim, dos próprios custos de pleito de licenciamento. Doutra modo, a Medida Provisória prevê que as exigências em vigor na data da publicação deverão ser revisadas por ato do Poder Executivo federal, o que, provavelmente, será nos termos propostos pelo Decreto N° 10.139, que visa a deixar o acervo regulatório mais eficiente, por meio de revisão e consolidação dos atos normativos em vigor, seguindo, assim, o manual de boas práticas da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE),

na qual o Brasil pretende ingressar. A MP também coíbe o Licenciamento de Importação com base em valores da mercadoria, que, por vias transversas, era realizado por meio de um verdadeiro controle de pauta de preços mínimos para que as importações fossem autorizadas, violando convenções ratificadas no Brasil. A consequência direta disso será, então, a redução dos custos tributários dos produtos importados. E outra consequência da aprovação da MP no âmbito da desburocratização, facilitação e melhoria do ambiente de negócios promovido pelo governo federal, será o desligamento definitivo do Sistema Integrado de Comércio Exterior de Serviços, Intangíveis e Ou-

tras Operações que Produzam Variações no Patrimônio (Siscoserv).

Mas por que essa extinção é positiva?

Esse sistema foi instituído pela Portaria RFB/MF 1.908/2012, buscando o registro das informações sobre às transações realizadas entre residentes ou domiciliados no Brasil. O objetivo dele é controlar e sistematizar as demandas para controle de dados relativos à importação/exportação nas categorias de “Serviços” – quando existir um prestador que realiza seu trabalho mediante contratação da outra parte, ou seja, um cliente – e de “Intangíveis”, que é quando se transfere direitos ou bens intangíveis, como licenças, tecnologia, *know-how*, *softwares* e patentes, entre outros, para alguma outra parte. O Siscoserv já havia sido suspenso no ano passado, porém durante muito tempo tirou o sono de empresários que viviam aterrorizados pelo canto da sereia de que multas milionárias poderiam ser aplicadas. Agora, em seu lugar, será criado um sistema de dados compartilhados entre os diversos órgãos públicos, o que evitará novas obrigações de prestação de informação acessória, reduzindo assim a burocracia e a contratação de consultorias especializadas, que resultavam diretamente no aumento do custo final dos serviços. Em síntese, a Medida Provisória

vem dentro de um cenário de intensa revisão e adaptação da regulação e portarias para que o desembaraço aduaneiro seja simplificado, cumprindo, assim, os compromissos assumidos pelo Brasil no contexto internacional.

Tudo isso junto implica a percepção de que o atual governo brasileiro está trabalhando fortemente para abrir cada vez mais o país ao mercado internacional, eliminando, além da burocracia, vários aspectos protecionistas que, de certa forma, garantiam uma espécie de tranquilidade à indústria nacional em detrimento da ampliação e modernização do comércio internacional, correto?

Sim, percebemos que tudo isso deixa claro a decisão do atual governo de fomentar e abrir o mercado brasileiro para as importações. Essa intenção se torna claro quando vemos as ações que têm sido realizadas e promulgadas ao longo dos últimos anos, tais como a ratificação das Convenções de Quioto e a de Facilitação do Comércio Exterior, urgindo alterações a legislação aduaneira como forma de compatibilizar com todos os novos regramentos que foram incorporados à legislação brasileira, bem como o recente movimento da Receita Federal de equalizar o acervo regulatório de tudo o que o Brasil ratificou, além do novo sistema do Portal Único Co-

mércio Exterior, que visa a tornar os processos mais eficientes, menos burocráticos e integrados entre todos os players o poder e o público. E aí entra também a questão do “Revisação”, que citei em resposta anterior, que, por meio do Decreto Nº 10.139, obriga todos os órgãos federais, autarquias e fundações a revisarem, atualizarem, simplificarem e consolidarem os atos legais, a fim de reduzir seu estoque regulatório, eliminar normas obsoletas, diminuir a complexidade dos processos e fortalecer a segurança jurídica, por meio de consultas públicas e republicação dessas normas, exatamente para modernizar o acervo regulatório que a gente tem.

E que análise você faz, especificamente, dos impactos que toda essa movimentação nos destinos da indústria siderúrgica nacional, que já sofre com medidas de defesa comercial para exportação de aço adotadas para vários países do mundo e, agora, também com a perspectiva de uma “invasão” de aços importados no Brasil, em função destes estarem chegando ao país com preços cada vez mais competitivos? Em outras palavras, toda essa abertura não pode vir a causar sérios problemas para nós?

Veja bem, sou uma pessoa que acredita muito no livre mercado. Só que para

se ter um livre mercado, a gente precisa ter um pé de igualdade nas negociações. Então, acredito que, sim, o governo “deve” facilitar as importações, porém, o dever de casa tem que ser feito antes. É muito fácil alguém se sentar a uma mesa e dizer que o setor siderúrgico brasileiro, ou qualquer outro, tem que ser tão competitivo quanto as empresas chinesas, por exemplo. Então, a questão é a seguinte: você tem que dar meio para o empresário brasileiro atuar em pé de igualdade, o que não acontece, porque quando se pega um mercado extremamente regulado, as legislações tributárias e trabalhistas, toda a burocracia e todo o “Custo Brasil” que a gente tem para empreender, não faz uma reforma, e diz simplesmente que vai dar um “choque de competitividade” para mudar o setor, isso não vai acontecer. É como colocar na marca de largada de uma corrida um industrial brasileiro com dez toneladas de peso nas costas e um chinês leve e solto, contando com auxílios, benefícios, incentivos, uma legislação trabalhista favorável e todo o apoio do governo para competir. Com certeza o chinês vai sair na frente. E o pior, um dia a indústria brasileira tende a acabar. Então, essa questão de livre mercado é algo interessante quando a gente olha, mas precisa sempre haver uma troca de mercadorias justa. Em síntese,

nada contra um *free trade*, mas um *free trade* também precisa ser um *fair trade*. Então, efetivamente essas distorções de mercado, com prática de *dumping* e de preços que sejam danosos às siderúrgicas brasileiras, têm que ser combatidas de maneira exemplar. E o Brasil possui os meios para fazer isso, combatendo essa, digamos, importação predatória por meio da aplicação de leis.

E aí vem a pergunta de US\$ 1 bilhão: por que o governo brasileiro não faz isso?

Bem, creio que em primeiro lugar tem que ficar bem claro que a demanda por *dumping* não é propositiva do próprio governo, ela tem que vir do setor que se sente aviltado, que tem que fazer e insistir na denúncia e apresentar o estudo para que se aplique, nem que seja de forma cautelar, a medida de *dumping*. E isso não é um bicho de sete cabeças: isso está muito bem delineado, existe um manual da documentação que tem que ser apresentada ao Ministério da Economia. E por que o governo não faz isso? Bem, eu diria que é em função do Congresso que a gente tem hoje. Por exemplo, uma das mudanças que o governo brasileiro quer fazer hoje em nível de infraestrutura, que é abrir o mercado de cabotagem. Mas a grande verdade é que mesmo existin-

do muitos incentivos para a construção de embarcações no Brasil, nossos preços nunca foram competitivos, tanto que em dez, 20 anos, apenas dois ou três navios foram construídos aqui. Diante disso, a pergunta é: faz sentido a gente continuar com os incentivos e com o mercado fechado para ver se esse mercado de estaleiros deslancha, e isso não acontece? Então, precisamos sentar e repensar a estratégia, porque quando você tem, de um lado, uma frota que permanece igual ou até diminui, e de outro, uma demanda por frete e por transporte marítimo que cresce cada vez mais, você sempre vai ter um descompasso no preço. Então, a única solução para se evitar isso é aumentar a frota brasileira e equalizar o “Custo Brasil” para a gente ter uma redução de frete. Resumindo: a indústria siderúrgica brasileira – assim como todos os outros setores da economia –, precisam de reformas de verdade para competir no mercado internacional, que permitam, por exemplo, o recebimento de bonificações e *paybacks* de exportações, que lá na China, se não me engano, são de 18%. E lá é rápido, funciona e é simples. E se não acontecerem essas mudanças aqui no Brasil, o resultado será sempre aquém do projetados para as siderúrgicas nacionais e para os estrangeiros que têm interesse ou, efetivamente, já estejam investindo aqui. **S**

Abertura comercial e crescimento

Somente a revisão da estrutura de proteção alfandegária, com a redução do Custo Brasil garantirá ganhos de produtividade aumentando a sua competitividade no mercado nacional e internacional.

João Carlos Marchesan*

A abertura da economia, a livre concorrência e a redução do tamanho do Estado são ações essenciais para o crescimento via aumento de produtividade. Estes pontos constituíram a base do pensamento econômico hegemônico desde os anos 80 do século passado, mas que ao longo destas últimas décadas foram, crescentemente, confrontados por uma realidade que teimou em não se comportar como o desejado. As premissas adotadas para construir modelos matemáticos de projeção de comportamento econômico, também provaram ser pouco aderentes à realidade, o



Foto: Depositphotos.com

que ficou evidente com a ausência de inflação, após a forte emissão monetária a partir da crise de 2008.

No que diz respeito à abertura comercial, entendo que a competição é fundamental para a produtividade e esta, por sua vez, é a chave do crescimento econômico. Portanto espero que uma abertura comercial seja implementada ao lado das privatizações das estatais, da redução do tamanho do Estado e das reformas amplamente anunciadas. Mas, tal como a inflação provou não ser simples consequência da emissão monetária, devemos refletir se os resultados de uma abertura comercial unilateral será mesmo o almejado.

Empresas agrupadas em oligopólios tem poder de mercado, o que as tornam imunes às regras da livre concorrência. O tamanho lhe garante condições para criar barreiras à entrada de novos concorrentes.

A capacidade financeira permite o domínio em razão dos ganhos de escala. Fica, portanto, difícil o acesso aos mercados nos quais elas estão presentes. Exemplos de grupos assim no Brasil não faltam, dominam os bens e serviços de primeira necessidade como serviços de energia elétrica, financeiros, combustíveis e muitos outros.

Por outro lado, ainda que a movimentação de recursos dos grupos imunes a livre concorrência

seja gigantesca, o grosso das atividades produtivas é exercido por inúmeras micro, pequena ou médias empresas que são penalizadas, adicionalmente, por atuarem num país como o Brasil, que é extremamente ineficiente e que repassa esta ineficiência à sua produção local. Deficiências logísticas, ausência de financiamentos de longo prazo a custos adequados, insegurança jurídica, péssimo ambiente de negócios sufocado por uma infinidade de regulamentos e exigências acessórias, sistema tributário complicado, caro e distorcido, juros de mercado não compatíveis com o retorno das empresas, excessiva volatilidade da moeda, são alguns dos fatores que compõem o Custo Brasil que penalizam a produção nacional desperdiçando recursos em quantidade equivalente a R\$ 1,5 trilhão todo ano, ou 22% do PIB (Produto Interno Bruto) nacional, segundo

o SEPEC do Ministério da Economia. Esses fatores, me faz pensar se o impacto isolado da abertura comercial seria realmente o choque de concorrência.

Considerando o elevado nível de assimetrias em relação aos países da OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (22% do PIB) a proteção alfandegária nacional média, atualmente em 14%, ao meu ver não é exatamente uma proteção. Mais parece compensação insuficiente dos encargos que são adicionados pelo custo Brasil aos produtos produzidos localmente. A abertura comercial unilateral para empresas cuja competitividade foi anulada pelas ineficiências impostas pelo Custo Brasil, em sua quase totalidade de micro, pequeno, ou médio porte, trará no lugar do crescimento esperado, o encerramento de atividades domésticas, aprofundando o atual quadro de desemprego e de desequilíbrio fiscal.

Estamos num processo de redução do Custo Brasil, mas as ações realizadas nos últimos dois anos pouco se refletiram em redução imediata dos custos sistêmicos ou em ganhos de competitividade ao produtor nacional, o que sugere que o país ainda não está preparado para avançar a abertura. Assim a sinalização dada aos países do Mercosul, de que o Brasil está iniciando a abertura pelos setores de Bens de Capital e Bens de Informática e Telecomunicação, depõem contra o pensamento econômico

liberal pois se traduz como eleição de perdedores nacionais.

Não há dúvidas que as alíquotas de importação precisam ser revistas, décadas de alterações pontuais na TEC (Tarifa Externa Comum), criaram, ao longo do tempo, inúmeras distorções, além dos diversos “regimes especiais”. É muito comum, encontrar matérias primas e insumos básicos mais protegidos que os produtos finais que utilizam estas mesmas matérias primas e insumos em sua produção. Distorções estas, impossíveis de serem eliminadas com redução linear da alíquota por ora proposta. Somente a revisão da estrutura de proteção alfandegária, dentro do conceito de escalada tarifária, tem o potencial de readequar a estrutura e influenciar agregação de valor no país, que concomitantemente com a redução do Custo Brasil garantirá ganhos de competitividade ao bem final nacional, condições necessárias para melhorar a produtividade, ampliar a participação no mercado nacional e internacional, expandir a atividade manufatureira, ampliar a geração de emprego e renda nacional, o que todos nós brasileiros almejam.

***João Carlos Marchesan** é administrador de empresas, empresário e presidente do Conselho de Administração da ABIMAQ.

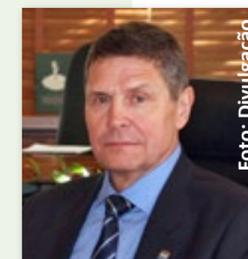
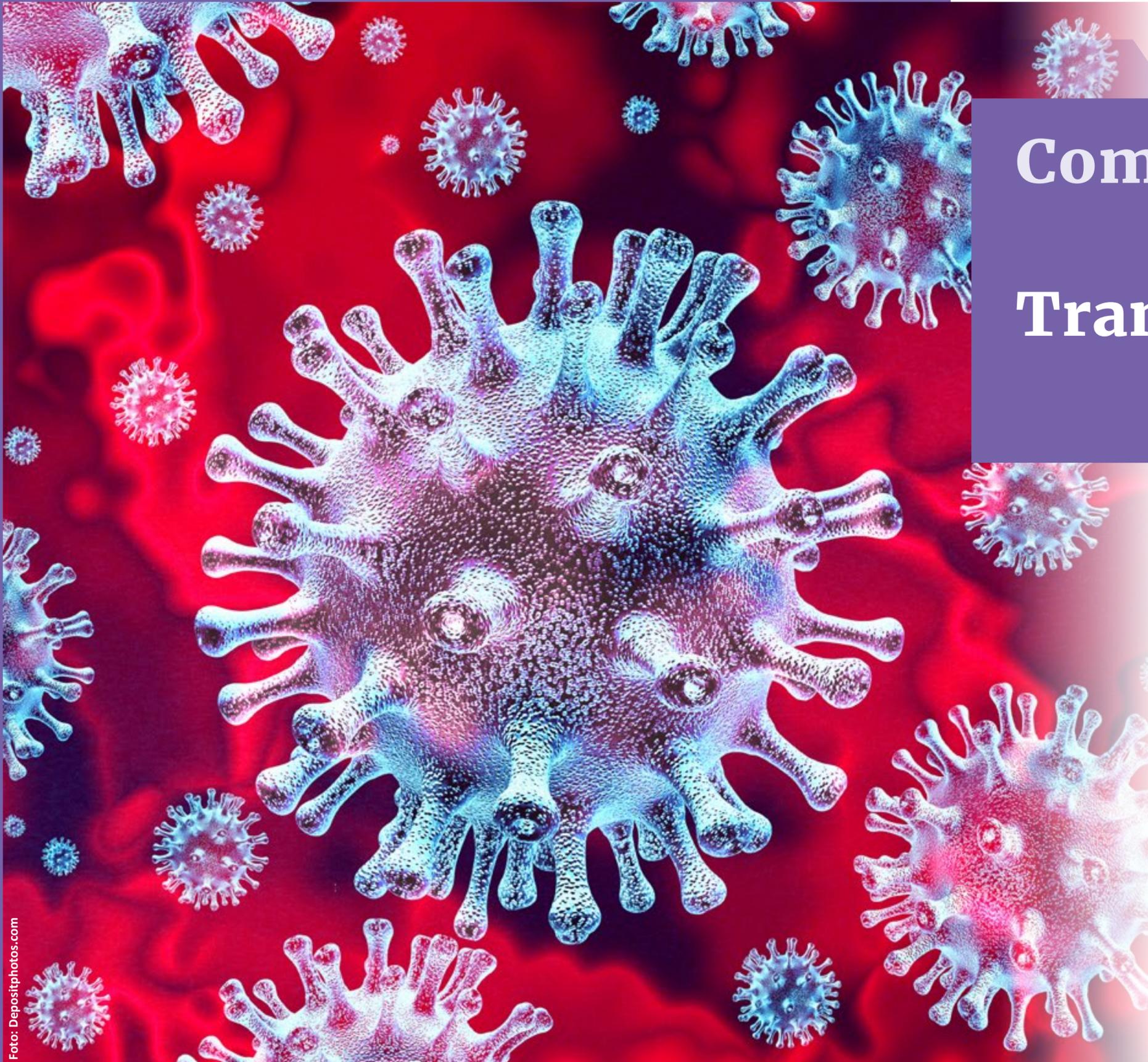


Foto: Divulgação





Como a Covid-19 influenciou a Transformação Digital na Indústria

Com a queda da produção industrial durante a COVID-19 as empresas se viram obrigadas a repensar sobre “comprar onde vender e vender onde comprar”. Foi necessário desenvolver uma nova cadeia de suprimentos que pudesse rapidamente se adaptar às novas exigências.

Roberto Regente Jr*

Embora as empresas de manufatura tenham se acostumado a ser confrontadas com um tsunami de dados, a pandemia da COVID-19 terminou por aumentar esta pressão por forçar uma rápida transformação digital em inúmeros processos, produtivos ou não.

De acordo com a consultoria americana McKinsey, o processo de transformação digital que ocorreria em três anos está acontecendo agora em meses ou semanas. A empre-

sa afirma que no topo da lista de atividades transformadoras importantes está a gestão de relacionamento com o cliente.

Dados como fluxo de caixa, demanda de trabalho e direcionamento dos clientes ao atendimento adequado nunca foram tão importantes quanto agora. A análise desses dados está em evidência por fornecer um balanço operacional e de produção que vai de encontro às necessidades dos mesmos.

Isto, é claro, está longe de ser um assunto novo. Majoritariamente, a competição ocorre não apenas entre empresas do segmento de manufatura, mas também entre as grandes holdings de tecnologia como a Apple e Google entre muitas outras.

No contexto do mundo pós-COVID-19, as empresas precisam continuar entregando produtos e respectivos serviços melhores e mais inteligentes, preservando a saúde contínua do fluxo de caixa. A resposta será otimizar a amplitude e a profundidade da cadeia de suprimentos para incluir tecnologias inovadoras. Faz-se necessário a adoção de uma plataforma escalável para construir e gerenciar um ecossistema de parceiros com múltiplas dimensões e perfis.

Autonomia pode ser a bússola para o futuro

Atualmente, a fluidez nas operações é prioridade. Com demanda incerta, o foco em excelência é crucial. O resultado é que

muitas companhias irão reconsiderar investimentos em áreas em desenvolvimento - como veículos autônomos - e assegurar que não haverá custos extras ou desperdício nos projetos atuais.

Este tópico irá acelerar o foco das organizações para a otimização e automação de seus fluxos operacionais. Ao mesmo tempo, essas empresas tentam criar sistemas de suprimento capazes de responder de forma ágil às mudanças no fluxo e demanda de produção.

Adaptabilidade e resiliência na cadeia de suprimentos

As empresas de manufatura enfrentaram desafios ao trazer a produção externa para os mercados internos. E aqui vai uma atualização importante: elas conseguiram! A ruptura que ocorreu em nível global nas cadeias de suprimento - sendo que neste contexto a China estava virtualmente fechada - demonstrou o perigo em concentrar sua estratégia em um único ponto, ou seja, coloquialmente botar todos os ovos em apenas uma cesta.

O enfraquecimento da produção industrial durante a COVID-19 levou as empresas a repensar sobre “comprar onde vender e vender onde comprar”. Assim, foi necessário desenvolver uma cadeia de suprimentos que pudesse rapidamente se adaptar à essa ruptura. A computação em nuvem possibi-

lita a flexibilização e o crescimento em escala nas formas de negociação, colaboração e crescimento dos ecossistemas de parceiros.

Inovação e agilidade em organizações que trabalham com parcerias digitais

Antes da pandemia da COVID-19, a empresa de consultoria Ernst & Young Global Limited (EY) explicou porque as habilidades de monitorar, simular e otimizar a entrega de produtos, com foco em performance, representam uma vantagem global.

Na atualidade, as empresas que atuam em parceria ainda oferecem ferramentas empíricas proativas e estratégicas em resposta ao mundo pós COVID-19.

Este tipo de simbiose, ou *joint venture*, aumenta a agilidade nos negócios, permite às organizações prever e erradicar fatores de estresse, adaptação a modelos mais eficientes e retroalimentação ágil de seus processos. Além disso, possibilita uma rota de redução de custos rápida para continuar investindo na inovação de produtos e geração de lucro.

Mudanças nas práticas de trabalho com foco na automação

As indústrias enfrentam dificuldade em conduzir o processo de automação. Atualmente, essas mudanças ainda acontecem de forma repentina e dramática.

Sem levar em conta a escassez de mão de obra qualificada, algumas estimativas apontaram que a indústria automobilística do Reino Unido por exemplo, poderia perder um em cada seis postos de trabalho devido à pandemia da COVID-19.

Além disso, o distanciamento social forçou as empresas a operar com o mínimo possível de pessoas. A automação é necessária para suprir a demanda neste novo contexto de trabalho. Companhias automotivas precisam fundamentar regras de automação e reter as frentes de trabalho para lidar com a revolução digital e o *supply chain* no contexto atual.

Nada poderia ter preparado o setor para a primeira metade de 2020. Muitas empresas e seus *stakeholders* precisaram operar em modo de sobrevivência. Na medida em que estamos abandonando a pandemia, enfrentaremos tempos difíceis e incertos. Pretendo acompanhar de perto o desenrolar dos eventos para mais um balanço sobre o setor no final deste ano de 2021.

***Roberto Regente Jr** é vice-presidente da OpenText para América Latina. Executivo experiente do mercado de tecnologia e apaixonado por inovação, desde start-ups a negócios complexos, tem experiência comprovada em modelos de vendas. 



Foto: Divulgação

A necessidade da reforma ética antes da reforma tributária

A Reforma Tributária, como as demais reformas que foram prometidas, mas que ainda estão pendentes, são temas essenciais para todos nós. As eleições do próximo ano serão mais uma oportunidade de aprimorar a democracia, tendo como principal objetivo a honestidade e o compromisso daqueles que disputam nosso voto.

Ricardo Viveiros*

O Sistema Tributário Nacional foi instituído com a publicação da Emenda Constitucional nº 18 de 1965 à Constituição criada em 1946, momento que gerou a última grande Reforma Tributária no Brasil. Ou seja, desde que sou jornalista – lá se vão 55 anos – ouço falar nesse assunto. Porque, desde sempre, não foi feito o que deveria ser feito. Apenas “emendas”. Não é com remendos que se faz algo assim, de tamanha relevância para a vida das pessoas, para o desenvolvimento do País.

Você sabe quantas propostas de reforma tributária passaram pela Câmara Federal e pelo Senado nos últimos 55 anos? Não. Pois

é, também desconheço. Embora atento ao tema, perdi a conta ao longo do tempo. Entretanto, saiba que apenas hoje o poder legislativo nacional brasileiro analisa mais de 100 propostas de alterações de impostos que tramitam, de modo fatiado, no Congresso.

Nesta oportunidade em que corre no parlamento federal mais uma Proposta de Reforma Tributária, é importante adequá-la à meta do crescimento econômico, desonerando a produção na medida do possível. Antes de tudo, torna-se imprescindível entendê-la como oportunidade de minimizar um dos mais graves problemas brasileiros: a corrupção no setor público. Não haverá política fiscal capaz de conciliar a receita de impostos com as necessidades de custeio e investimento dos governos, enquanto boa parte do dinheiro arrecadado estiver indo para os bolsos dos políticos desonestos.

Exemplo lamentável dessa criminosa cultura crônica que há décadas é praticada nos três níveis do poder executivo brasileiro, podemos observar nas ações da Controladoria-Geral da União (CGU). O organismo identifica fraudes em licitações de inúmeras cidades de todos os estados do País. Em média, pasme, mais de 80% das prefeituras pesquisadas apresentam problemas suspeitos. Essa estatística preocupa, pois a perspectiva do ponto de vista percentual no universo de 5.570 municípios no País aponta um cenário grave. Sem falar dos estados e do Governo Federal.

A maioria das concorrências públicas são

sobre elevadas despesas com obras de saneamento básico, asfaltamentos, construções de escolas, postos de saúde e hospitais, e muito na terceirização de serviços – este segmento um recorrente foco de desvios. Honestidade e eficiência nesses gastos são garantia de uso adequado de recursos, por consequência da menor necessidade de tributação da sociedade. Constante fúria arrecadatória, corrupção e irresponsabilidade fiscal constituem o mais cruel inimigo da economia brasileira. Na verdade, matam pessoas como, agora, vimos nas compras governamentais de equipamentos, insuamos e vacinas para o combate à Covid-19.

Diante da dimensão do problema, a mídia tem cumprido seu papel de revelar lamentáveis fatos à sociedade, permitindo que todos fiscalizem a aplicação do dinheiro público. Os jornalistas têm sido vítimas constantes de agressões e tentativas de desqualificação, quando administradores públicos reclamam não receber elogios e rejeitam críticas, denúncias. Como sempre digo, a imprensa existe para governados, não para governantes. Político que é honesto, capaz e trabalhador não faz mais do que sua obrigação. Não quer aplausos, não teme comentários. Seus atos são sua melhor campanha.

Transparência é a exigência básica para o êxito das ações de moralização do setor público brasileiro. União, estados e municípios têm a obrigação de gerir os seus respectivos orçamentos com muita correção e responsabilidade. No caso específico

das concorrências, é básico respeitar, com absoluto rigor, o que está definido na Lei 4.253/2020, que substituiu a Lei das Licitações 8.666/1993, a Lei do Pregão 10.520/2002 e o Regime Diferenciado de Contratações RDC – Lei 12.462/11. Este é o caminho para a aprovação das contas públicas, pelos organismos competentes de fiscalização e auditoria e, também, pela sociedade, cuja concordância é essencial nas democracias. Lei é para ser cumprida. Se é ruim ou se ficou obsoleta, que seja mudada. Mas, enquanto for a vigente é para ser respeitada.

Não há mérito algum em honrar, na administração pública, os compromissos inerentes aos cargos eletivos e, sobretudo, a confiança depositada em cada voto dos cidadãos. Realizar todos os processos dentro da lei é uma conduta obrigatória em respeito à população. A partir dessa natural conjectura, está nítido o compromisso que governos e parlamentos, nos três níveis, têm a obrigação de fazer. Haverá eleições no próximo ano, mais uma oportunidade de aprimorar a democracia, tendo como principal objetivo a honestidade e o compromisso daqueles que disputam nosso voto.

Reforma tributária eficaz somente poderá ser feita se for possível orçar quanto o País, os estados e os municípios de fato precisam para cumprir com todas obrigações que têm com a sociedade – no custeio e nos investimentos. E sob visão muito realista e honesta. Também cabe elaborar eficaz programa para liquidação de dívidas (Refis) e

de ingresso dos que não estão contribuindo. A gestão pública não pode estar contaminada pelo vírus da roubalheira, que exige cada vez mais impostos e consome malas e sacos de dinheiro, recursos que poderiam gerar empreendimentos, criando empregos e promovendo equilíbrio na distribuição de renda, garantindo na prática o que os políticos pregam apenas nos discursos de campanha.

Reforma Tributária, como as demais reformas ainda pendentes, é tema essencial para todos nós. Não pode seguir sendo uma colcha de retalhos, mas sim, como o Brasil merece, uma responsável adequação entre a necessidade e o que, de modo justo, a sociedade pode contribuir para uma aplicação honesta e produtiva na busca de qualidade de vida para todos. Mais saúde, educação, trabalho, moradia, cultura e desenvolvimento, com liberdade e progresso individual e coletivo. Quando os tributos são justos, não há sonegação. Cresce a arrecadação, diminui a inadimplência e há desenvolvimento.

***Ricardo Viveiros** é jornalista, escritor e professor. Doutor em Educação, Arte e História da Cultura pela Universidade Presbiteriana Mackenzie e autor de vários livros, entre os quais: “Justiça Seja Feita”, “A Vila que Descobriu o Brasil”, “Pelos Caminhos da Educação” e “O Poeta e o Passarinho”.

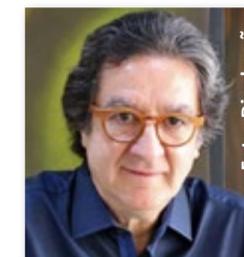


Foto: Divulgação

Produção mundial de aço cresceu 14,4% no primeiro semestre

Assim como aconteceu em praticamente todas as atividades empresariais os números mundiais da siderurgia surpreendem positivamente no final do semestre.

Henrique Pátria*

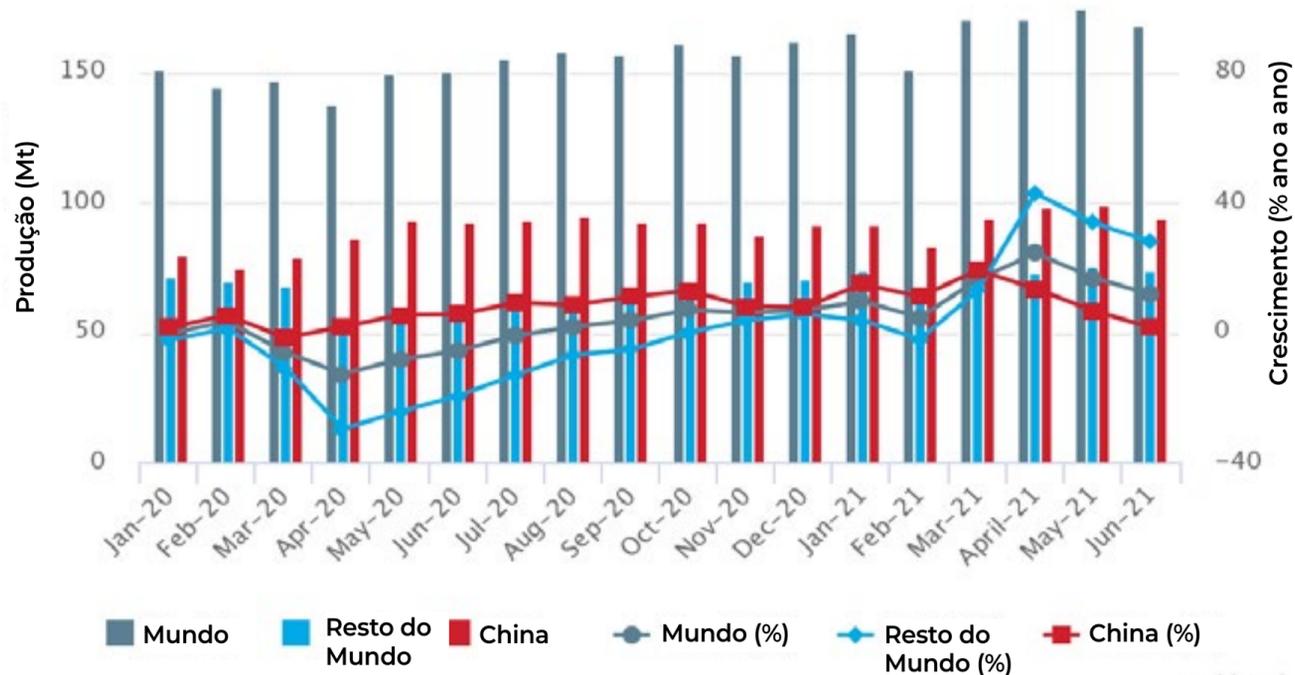
A exemplo do que aconteceu no Brasil, a divulgação da Worldsteel Association, entidade que reúne 64 países produtores siderúrgicos ao redor do mundo, também mostrou acentuado crescimento da produção mundial de aço no primeiro semestre deste ano. Os números apurados apontam para um percentual de crescimento de 14,4%, com 1.003,9 bilhão de toneladas no período em relação ao ano passado. Cabe ressaltar que a comparação se dá com o ano em que muitas unidades em várias partes do mundo estiveram fechadas ou trabalharam com capacidade reduzida em função da Covid 19. Apesar de que houveram países



Foto: Depositphotos.com

Voltar para
o Índice de
Matérias

Produção Mundial de Aço Bruto - Junho 2021



como a China que não reduziram a produção, mesmo durante a pandemia.

Conforme temos noticiado ao longo dos últimos meses a China já superou a barreira dos 50% e no semestre produziu 563,3 milhões de toneladas, com um crescimento de 11,8% em relação ao ano anterior.

Autoridades governamentais da China vêm colocando restrições à indústria siderúrgica naquele país, visando reduzir a poluição atmosférica e tentando controlar as variações de preço da commodities. No entanto, mesmo assim, os números mostram que a siderúrgicas mantiveram ou aceleraram o ritmo no período. Especialistas dizem que a China deverá importar

este ano acima de 1,2 bilhão de toneladas de minério de ferro, sendo a maior parte do Brasil.

Considerando exclusivamente o mês de junho a produção mundial foi de 167,9 milhões de toneladas ou seja +11,6% em relação ao ano passado.

Neste semestre na América do Sul, onde está computada a produção brasileira foram produzidas 22,6 milhões de toneladas com crescimento de 28,1% sobre o primeiro semestre de 2021.

No Brasil

Aqui no Brasil, segundo o Instituto Aço Brasil- IABr, no primeiro semestre foram

produzidos 18.062 milhões de toneladas, com um crescimento de 24% sobre o ano passado, com 14.568 milhões de toneladas.

O que mais chamou a atenção foram as vendas internas que cresceram 43,9% e a escalada do consumo aparente que representa o consumo da produção+importação-exportação que subiu 48,9% no mesmo período. Com a alta demanda do mercado interno, inclusive com várias discussões acerca de abastecimento e de preços, as exportações recuaram em 13,7% e no mesmo período as importações aumentaram 140,6%.

O Instituto Aço Brasil reviu as suas projeções para o ano de 2021 e agora projeta que em 2021 a produção de aço bruto cresça 14% (frente estimativa anterior de +11,3%), as vendas internas avancem 18,5%

(frente projeção de +12,9%) e o consumo aparente aumente 24,1% (frente estimativa de +15%).

Os dirigentes da entidade reagiram veementemente frente a demanda de algumas entidades que representam segmentos dos consumidores de aço, feitas junto ao governo brasileiro no sentido de reivindicar a redução na alíquota de importação de aço, sob o pretexto de que as siderúrgicas nacionais estavam dando preferência a exportar o produto em detrimento do mercado interno brasileiro. Mostraram e demonstraram através de vários gráficos e análises de que a produção vem crescendo e o atendimento ao mercado interno vem se acentuando na mesma proporção, não havendo qualquer justificativa para estas reivindicações.

IABr: Produção Siderúrgica Brasileira - Junho 2021

Produto Product	Junho June		21/20 (%)	Jan-Jun Jan-Jun		21/20 (%)
	2020	2021		2020	2021	
Aço Bruto / Crude Steel	2.148	3.120	45,2	14.568	18.062	24,0
Laminados / Rolled Products	1.550	2.261	45,9	10.105	13.357	32,2
Planos / Flats	879	1.318	49,9	5.866	7.833	33,5
Longos / Longs	671	943	40,6	4.238	5.525	30,4
Semi-acabados p/ Venda / Semifinished Products for Sale	713	801	12,4	4.007	4.112	2,6
Placas / Slabs	606	726	19,7	3.747	3.861	3,0
Lingotes, Blocos e Tarugos / Ingots, Blooms and Billets	106	75	-29,1	261	251	-3,6
Ferro-Gusa (Usinas Integradas) / Pig Iron (Integrated Steelworks)	1.678	2.429	44,8	11.594	14.075	21,4

Unid. / Unit: Mill / Thousand Tonnes

Nota / Note: Compreende todo o parque produtor de aço brasileiro / Comprises the entire Brazilian steel production park

Nota / Note: Compreende os dados da laminadora SILAT a partir de dezembro de 2020, adquirida pela Gerdau / Comprises the SILAT's data starting from december 2020, bought by Gerdau

Fonte / Source: Aço Brasil

IABr: Comparativo de produção, Vendas e Exportações de Aço no 1º semestre de 2021 em relação à média dos anos de 2018, 2019 e 2020

Varíaves	Média 2018	Média 2019	Média 2020	1º semestre 2021	1º semestre 2021 / 2018	1º semestre 2021 / 2019	1º semestre 2021 / 2020
Produção de aço bruto	2.951	2.714	2.618	3.010	2,0%	10,9%	15,0%
Vendas internas de laminados	1.539	1.541	1.594	1.983	28,9%	28,7%	24,4%
Planos	919	903	901	1.155	25,7%	27,9%	28,2%
Longos	620	638	693	828	33,6%	29,8%	19,5%
Exportações de laminados	377	322	221	147	-61,0%	-54,4%	-33,7%
Planos	221	173	121	72	-64,7%	-58,5%	-40,7%
Longos	156	149	100	75	-51,9%	-49,7%	-25,2%

Fonte: Aço Brasil

Ainda segundo os dirigentes da entidade, na verdade o que mais preocupa é o problema do excedente mundial de aço, que naturalmente gera distorções. O enorme excedente de oferta de aço no mundo, está na ordem de 560 milhões de toneladas o que gera práticas desleais de comércio,

escalada protecionista e desvios das exportações para mercados sem proteção como é o caso do Brasil e demais países da América do Sul. Vários países vêm adotando crescentemente, medidas de proteção dos seus mercados, tais como a Seção 232 nos EUA e várias salvaguardas na Europa.

IABr: Situação da indústria de aço no Brasil - 1º semestre

ESPECIFICAÇÃO	Junho		21/20 (%)	Jan/Jun		21/20 (%)
	2020	2021		2020	2021	
PRODUÇÃO						
AÇO BRUTO	2.148	3.120	45,2	14.568	18.062	24,0
VENDAS INTERNAS	1.571	2.086	32,8	8.405	12.092	43,9
EXPORTAÇÕES						
TOTAL (10 ³ t)	1.066	916	-14,1	6.008	5.186	-13,7
(US\$ MILHÕES)	473	803	69,9	2.997	3.844	28,3
CONSUMO APARENTE	1.762	2.486	41,1	9.422	14.032	48,9

Fonte: Aço Brasil

INDA: Evolução das Vendas - Por Produto

VENDAS	jun/21	mai/21	M/M	jun/20	A/A
TOTAL	300,0	320,3	-6,4%	290,5	3,3%
Chapas Grossas / Placas	24,2	24,0	0,9%	25,9	-6,5%
Laminados a Quente	173,7	188,8	-8,0%	143,2	21,3%
Laminados a Frio / F. Metálicas	43,2	51,2	-15,5%	47,8	-9,6%
Zincados	58,8	56,3	4,4%	73,6	-20,1%

Queda de 6,4% no mês

Distribuição de Aço

Este segmento foi o que mais sofreu com a chegada com aço importado, pois amargou uma queda de 6,4% em comparação ao mês anterior, mas ainda assim foi superior ao vendido no mesmo mês do ano passado (+3.3%) quando a atividade estava semi paralisada pela pandemia.

Como os distribuidores mantiveram os níveis de compras nas usinas, na casa dos 347 mil toneladas, o estoque na rede subiu agora para 785,6 mil toneladas o que representa 2,6 meses de vendas.

O problema maior é o que o setor não espera melhora para os próximos meses, uma vez que com a chegada do aço importado que foi comprado no início do ano, por um preço inferior ao praticado hoje, a concorrência fica difícil e evidentemente o consumidor opta pelos menores custos.

Com respeito aos preços a tendência é que permaneça nos patamares atingidos, uma vez que os preços internacionais não

dão mostras que devem recuar. Este quadro de preços ainda está associado à retomada cada vez mais forte da economia interna, que tem dado sinais muito positivos a ponto dos economistas e “gurus” de plantão já apostarem no crescimento do PIB brasileiro acima dos 5% a mais chegando perto dos 6% neste ano. O único fator complicador é que a inflação vem crescendo junto e ainda que esteja sob controle já começa a trazer desagradáveis lembranças aos mais velhos, sobre problemas passados que o Brasil teve com este indicador.

Nisto tudo o jogo político está sendo jogado e as reformas, principalmente a tributária que é tão esperada por onze a cada dez empresários brasileiros, parece que começa a assumir contornos interessantes e pode ser uma boa novidade no futuro mais próximo.

*Henrique Patria, Editor Chefe do Portal e Revista Siderurgia Brasil

Excelentes perspectivas para o aço brasileiro

Em números oficiais a produção brasileira de aço bruto já aumentou 24,0% no 1º semestre de 2021 na comparação com os seis primeiros meses de 2020.

Enquanto as vendas internas cresceram 43,9% e o consumo aparente subiu 48,9% no mesmo período. As exportações diminuíram 13,7% e as importações aumentaram 140,6%. Foram apresentadas novas projeções, atualizando as expectativas. Assim, agora projeta-se que em 2021 a produção de aço bruto cresça 14,0% (frente estima-

tiva anterior de +11,3%), as vendas internas avancem 18,5% (frente projeção de +12,9%) e o consumo aparente aumente 24,1% (frente estimativa de +15,0%).



Se forem confirmados certamente serão números excepcionais e recordes em toda a história da siderurgia nacional.

Com tais números a utilização da capacidade instalada já bate na casa dos 73,5%.

Os dirigentes do Instituto, Marco Polo de Melo Lopes, presidente executivo e Mar-

cos Faraco, presidente do Conselho Diretor rebateram com veemência afirmações veiculadas de que a indústria siderúrgica deixou de abastecer consumidores locais, dando algum tipo de preferência para a exportação. Apresentaram vários gráficos e demonstrativos nos quais mostram que a siderurgia vem acompanhando muito de perto todo o esforço nacional para recomposição da economia e dando o máximo possível para atender a todas as demandas.

Eles se referiram principalmente às reivindicações de entidades representativas de setores da economia para que o governo reduzisse as tarifas de importação de aço. Entendem que a questão da importação é uma opção de mercado e uma definição exclusiva de cada comprador. No entanto como o mercado vem sendo plenamente abastecido não há motivos para que tais reivindicações ganhem guarida no governo federal.

Falando ainda sobre a questão do consumo eles explicaram que a demanda atual que está totalmente atendida pode ser explicada não só pela retomada dos setores consumidores, mas também pela recomposição de estoques e até mesmo pela formação de estoques defensivos de alguns segmentos que procuraram se proteger do cenário de volatilidade do mercado. Volatilidade esta que foi provocada pelo movimento mundial de boom nos preços das commodities.

Sobre a questão de preços eles disseram que insumos e matérias primas, em especial minério de ferro e sucata, tiveram significativa elevação de preços, causando forte impacto nos custos de produção da indústria do aço em âmbito mundial.

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) constatou que os preços do aço praticados nos mercados internos dos países são os mais elevados desde o ano 2000.

Uma preocupação demonstrada na coletiva diz respeito ao excedente mundial de aço que já alcança 560 milhões de toneladas espalhadas pelo mundo.

Este tipo de situação inevitavelmente gera práticas desleais de comércio, escalada protecionista e desvios das exportações para mercados sem proteção como é o caso do Brasil e demais países da América do Sul. Vários países vêm adotando crescentemente, medidas de proteção dos seus mercados, tais como a Seção 232 nos EUA e salvaguardas na Europa.

Segundo Marco Polo é preciso atenção no processo de abertura comercial da economia brasileira, sendo necessário vincular a redução do imposto de importação à redução do custo Brasil, como vem sendo defendido pela indústria.

www.acobrasil.org.br

Situação da indústria do aço no Brasil

ESPECIFICAÇÃO	Jan 2020	Fev 2020	Mar 2020	Abr 2020	Mai 2020	Jun 2020	Jul 2020	Ago 2020	Set 2020	Out 2020	Nov 2020	Dez 2020	Jan 2021	Fev 2021	Mar 2021	Abr 2021	Mai 2021	Jun 2021
PRODUÇÃO DE AÇO BRUTO	2.740	2.772	2.722	1.929	2.256	2.148	2.626	2.759	2.645	2.854	3.018	2.944	3.028	2.871	2.809	3.073	3.160	3.120
VENDAS INTERNAS LAMINADOS	1.525	1.538	1.484	975	1.196	1.545	1.730	1.750	1.865	1.906	1.811	1.802	1.931	1.871	2.056	1.911	2.081	2.049
PLANOS	901	895	881	500	612	826	917	967	1.097	1.095	1.041	1.083	1.144	1.085	1.223	1.092	1.204	1.184
LONGOS	625	643	603	475	584	719	814	783	768	811	770	719	787	786	833	819	877	864
CONSUMO APARENTE	1.777	1.718	1.656	1.141	1.367	1.762	1.908	1.907	2.031	2.085	2.050	2.047	2.240	2.143	2.430	2.233	2.501	2.486

Fonte: Aço Brasil

Falta de Semicondutores impactam na produção automobilística

A crise mundial da falta de semicondutores está causando sérios estragos na produção mundial de veículos.

Segundo o presidente da Anfavea, Luiz Carlos de Moraes, a indústria mundial de veículos deixará de fabricar perto de 3,6 milhões de veículos em 2021, por conta deste problema.

Nos EUA haverá em 2021 uma queda na produção de cerca de 20% e na América do Sul, onde o Brasil é o maior produtor, a queda será de aproximadamente 14%. No primeiro semestre deste ano ele

estimou que deixamos de produzir entre 100 a 120 mil veículos.

Em levantamento feito pela renomada consultoria internacional BCG, essa regularização de fornecimento só deverá acontecer no segundo semestre do ano de 2022.

Mesmo com este problema a produção de 74,7 mil unidades de caminhões no primeiro semestre foi a melhor marca para um mês de junho desde 2014, da mesma forma que as 58,7 mil unidades licenciadas de janeiro a junho foram a melhor performance desde 2019.

Este segmento de caminhões vem sendo o grande responsável pelo crescimento do setor automotivo e isso se deve principalmente ao crescimento do agronegócio e construção civil que demandam este tipo de transporte.

Segundo Moraes, a indústria automobilística que vinha se estabilizando com uma produção mensal de 180 a 200 mil veículos/mês, caiu para em torno de 160

mil e deve permanecer neste patamar até que o problema seja solucionado.

Os números dão conta de que 1.148,5 mil autoveículos deixaram as linhas de montagem no primeiro semestre do ano, 57,5% a mais que os 729 mil no mesmo período do ano passado, quando todas as fábricas ficaram paradas por até dois meses por conta da pandemia. Numa comparação mais justa, com o primeiro semestre de 2019 (antes da pandemia), houve uma retração de mais de 300 mil unidades, ou 22%.

Em junho, a produção de 166.947 unidades foi a pior dos últimos 12 meses, em função das várias paradas das fábricas ao longo do mês - situação que vem acontecendo desde o final do primeiro trimestre exatamente pela falta de semicondutores e alguns outros componentes. Com o problema dos insumos que ocasiona a falta de produtos diversificados a ser oferecido ao público, houve também um reflexo nos resultados do mercado interno. Nos seis primeiros meses de 2021, 1.074 mil unidades foram licenciadas no país, 32,8% a mais que no mesmo período de 2020, porém 17,9% a menos que no primeiro semestre de 2019. As vendas de 182.453 autoveículos em junho recuaram em relação aos últimos dois meses.

E como ficam as projeções anuais?

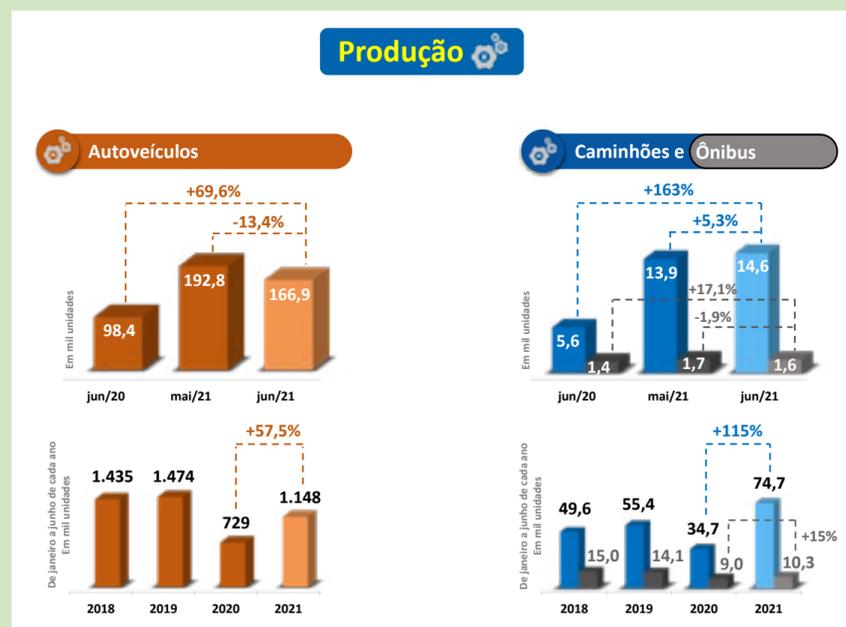
Com o desempenho surpreendente do segmento de caminhões, a ANFAVEA atualizou as projeções que havia apresentado em janeiro, referentes ao fechamento de 2021.

A produção total de veículos automotores, que era estimada em 2.520 mil unidades (alta de 25% sobre 2020), foi reduzida para 2.463 mil (alta de 22% sobre o ano passado). Separando leves e pesados, a alta na produção estimada 2021/2020 caiu de 25% para 21% no segmento de automóveis e comerciais leves, e subiu de 23% para 42% no caso de caminhões e ônibus. Já para as vendas internas, a expectativa agora é de 2.320 mil licenciamentos (elevação de 13% sobre o ano anterior), ante os 2.367 mil previstos na coletiva de imprensa de janeiro.

Nestes números os automóveis foram revistos para baixo, enquanto comerciais leves, caminhões e ônibus foram revistos para cima. Há também mudança do comportamento do mercado que vem dando preferência aos SUV, em detrimento dos veículos mais leves.

Finalmente, as exportações foram revisadas de 353 mil para 389 mil na expectativa do ano, uma alta de 20% sobre 2020, melhor que a elevação de 9% inicialmente projetada. “Nunca foi tão difícil fazer projeções no Brasil”, desabafou o presidente da Anfavea. “Além das variáveis socioeconômicas, agora temos também de levar em conta a situação da pandemia, o ritmo da vacinação, a instabilidade política e essa crise global dos semicondutores, sobre a qual pouco podemos antever”, acrescentou Moraes, ressaltando que uma possível restrição de fornecimento de energia elétrica não entrou nos cálculos da associação.

www.anfavea.com.br



Aumenta a concorrência nos aços planos

Com a chegada de mais de 220 mil toneladas de aço importado no mês de junho ao Brasil, os números apresentados pelo INDA – Instituto Nacional dos Distribuidores de Aço, mostram que o setor vai sofrer com a concorrência vinda de fora.

Ainda que o mercado comprador esteja aquecido pelos bons resultados econômicos e retomada da atividade industrial o que se vê é que o consumidor final começa a receber ofertas tentadoras e não pensa muito para trocar o seu tradicional distribuidor de aço com preços mais

altos pelo importador que está recebendo agora o aço comprado em janeiro e fevereiro, portanto com preços daquela época. (Entenda todo este imbróglio lendo a matéria sobre importação de aço nesta edição).

Com isso a queda nas vendas no setor foi de 6,4% em relação ao mês anterior, com 300 mil toneladas, contra 320,3 mil toneladas vendidas em maio. Os laminados a quente e as folhas metálicas foram os que mais sofreram com quedas na casa dos 15%, pois coincidentemente foram os produtos que mais chegaram no Brasil.



INDA Evolução das Vendas – Últimos 12 Meses



As compras junto às usinas registraram alta de 0,5% com um volume de 347,3 mil toneladas, praticamente iguais às 345,6 mil toneladas registradas no mês passado.

Com isso os estoques da rede subiram e agora estão em 785,8 mil toneladas contra 738,4 mil. O giro de estoque fechou em 2,6 meses.

Em números finais foram importados em junho 359.960 mil toneladas de aços vindos de diversos fornecedores globais, sendo que as usinas trouxeram 134 mil toneladas em placas para laminação e as outras 225.970 mil chegaram para consumo e foram colocadas no mercado.

Este quadro fica caro ao vermos que o Consumo Aparente (Produção+Importação-Exportação) cresceu muito, perto dos 50%, e as vendas da distribuição retraíram-se. Representa que atividade está forte, mas os consumidores estão selecionando seus fornecedores.

E segundo Carlos Loureiro, presidente do Innda a situação não deve mudar para os próximos meses, pois há muito aço comprado, com preços mais baixos do que os praticados hoje, que ainda não chegaram ao Brasil, o que está acontecendo agora.

Quanto aos preços ele comentou que também não há expectativa de mudança a curto prazo, uma vez que em nível mundial os preços continuam muito aquecidos o que reflete em nossa situação interna.

Cabe lembrar que para a rede de distri-

buição, os ajustes no preço do aço, para acompanhar o mercado internacional subiram em 2021 cerca de 65% em relação ao final do ano passado.

Segundo disse ainda, ele acredita que as usinas já se movimentam para tentar regular a oferta no mercado interno sendo uma das formas para aumentar as suas exportações, já que o aço brasileiro tem ótima aceitação no exterior.

Outra consequência desta situação é que as margens da rede de distribuição já estão recuando e fatalmente devem recuar mais, uma vez que o mercado é um só e estará sendo fortemente disputado.

Mas, segundo ele o mercado tende a voltar a normalidade até o final do ano, com as distribuidoras atendendo aos clientes menores que não tem acesso às usinas, principalmente pela questão da quantidade, as usinas atendendo os grandes consumidores como a indústria automotiva, por exemplo. Os demais consumidores passam a se abastecer de parte das usinas e parte dos distribuidores, com algumas compras no mercado internacional. A importação no seu entendimento deve continuar, mas em outros patamares, uma vez que as compras que estão sendo fechadas agora já se referem a preços atualizados e chegarão daqui 4 a 5 meses com preços muito maiores ou até superiores aos praticados internamente.

www.inda.org.br

Voltam a funcionar usinas de beneficiamento da Vale

Foto: Divulgação Vale



A Vale informa que recebeu termo de desinterdição da Agência Nacional de Mineração (ANM), para a operação definitiva das plantas de beneficiamento, pelletização e lavra na Área 15, no site Fábrica, Ouro Preto (MG).

A retomada do processamento a úmido em Fábrica permite a manutenção da produção próxima a capacidade nominal de 6 Mtpa da planta de beneficiamento, além de garantir uma

melhora na qualidade média do portfólio de produtos da Vale e maior flexibilidade operacional. A Vale optou por manter, neste momento, inativa a operação de pelletização tendo em vista algumas restrições operacionais.

Desde abril, Fábrica operava via processamento a úmido, em regime de testes, de modo a avaliar impactos geotécnicos destas operações nas estruturas próximas ao site.

www.vale.com

Nova ferramenta patenteada da Usiminas

A Usiminas obteve do Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) o registro de uma nova patente para um equipamento criado dentro de seus domínios. Trata-se de uma ferramenta criada por colaboradores da empresa para auxiliar a troca de lâminas circulares usadas em alguns dos processos produtivos da companhia.

O dispositivo garante mais segurança no manejo das lâminas e permite um menor esforço físico do operador, o que reduz o risco de acidentes. Há ganhos também de produtividade, uma vez que o trabalho de troca das lâminas passa a ser feito com mais agilidade.

Ao longo de seus quase 60 anos de operação, a Usiminas já obteve a concessão de mais de 500 patentes.

www.usiminas.com



Foto: Divulgação Usiminas

ArcelorMittal Vega completa 18 anos de operação

A empresa localizada em São Francisco do Sul (SC) já transformou cerca de 20 milhões de toneladas de aço que atendem aos mercados automotivo, de eletrodomésticos, construção civil, tubos, entre outros.

Neste ano, Vega retoma a sua mais importante obra de expansão. Com um investimento de aproximadamente R\$ 1,9 bilhão, o Projeto CMC deve ampliar o portfólio de produtos da unidade, agregar processos inovadores na linha de produção e gerar oportunidades de empregos para a região.

Com a expansão, prevista para ser concluída em outubro de 2023, o volume de produção anual da unidade deve passar de 1,6 para 2,2 milhões de toneladas. O projeto prevê a implantação de uma terceira linha de galvanização e de uma nova linha de recozimento contínuo, o Cold Mill Complex (CMC), que devem garantir maior otimização nas linhas de decapagem e de laminação a frio.

A empresa se orgulha da interação com a comunidade onde está situada e informa que em 2020, 90% das novas contratações de Vega foram de moradores locais um índice que se deve, principalmente, pela valorização e desenvolvimento de jovens talentos locais.

www.brasil.arcelormittal.com



Foto: Divulgação ArcelorMittal

Acusações da Indústria de Máquinas

Foto: Divulgação



Segundo a Abimaq - Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos, em coletiva realizada no dia 28/07, os números deste mês mostraram estabilidade, com as receitas totais atingindo R\$17.592,72, o que representa 0,1% de queda em relação ao mês anterior e crescimento de 45,4% sobre maio do ano passado, com destaque para a produção de implementos agrícolas que vem liderando o crescimento do setor. As exportações cresceram 7,4% no período.

Mas chamaram a atenção as “pedradas” desferidas pelo presidente executivo da entidade, José Velloso, contra a indústria siderúrgica nacional, a qual ele acusou de manobras visando o desabastecimento interno e conseqüente subida dos preços. Entre outras coisas disse: “Hoje temos aços importados no Brasil com preços 40% menores dos que os praticados pela indústria brasileira”.

(Veja o que diz o Instituto Aço Brasil a respeito, em matéria exclusiva em nesta edição da revista Siderurgia Brasil, com título “Com uma pulga metálica atrás da orelha”.)

www.abimaq.org.br

Alto-Forno da CSP está comemorando 5 anos de operação

Neste período já foram produzidos mais de 13,8 milhões de toneladas de ferro-gusa no alto-forno da Companhia Siderúrgica de Pecém desde o seu acendimento há cinco anos.

Desde o dia 10 de junho de 2016, quando a ansiedade encontrou a emoção do sucesso do *blow-in*, o aço de alta qualidade da CSP tem viajado o mundo e alcançado grandes resultados. O portfólio com mais de 300 tipos de placas da CSP já atende clientes em mais de 20 países, e conquistou as certificações de

Qualidade (ISO 9001), Meio Ambiente (ISO 14001) e de Alta Tecnologia (International Automotive Task – IATF, Maxion Wheels, Siemens Gamesa, Caterpillar e Scania).

O gestor da empresa ressaltou que esses cinco anos foram de muito suor e trabalho da equipe. "Não é um trabalho fácil, é árduo e envolve muita dedicação. Agradecemos a todos os envolvidos nesse processo – essa equipe maravilhosa que temos aqui na CSP", enfatizou Mitchel Magalhães.

www.cspecem.com



Foto: Divulgação CSP

ANUNCIANTES

AACD - Assoc. de Assist. à Criança Deficiente	3ª capa
Benafer S/A - Comércio e Indústria	09
Divimec Tecnologia Industrial Ltda.	11
Larzinho Casa Jesus, Amor e Caridade	4ª capa
Red Bud Industries	2ª capa



A **Mariana** precisou amputar as pernas e os dedos das mãos depois de uma infecção. Ela **precisa das próteses** e terapias para voltar a **se movimentar**.

Para ela e muitos pacientes da AACD,

o movimento é URGENTE. E sua doação também!

#Vocêé nossomovimento



Faça um pix para doeaacd@aacd.org.br, acesse doe.aacd.org.br ou leia o QR Code:



vida é movimento

Gastronomia para empreender
Oficina de

Confeitaria

REALIZAÇÃO

PATROCÍNIO



AB | BRASIL



Empoderamento feminino para promover

educação

empregabilidade

geração de renda



São 11h de capacitação para 10 alunas em vulnerabilidade social, uma jornada de conhecimentos e vivências voltadas para a confeitaria e panificação.



Uma parceria que dá gosto!

11 3966-1925 / 3965-9226 / 97699-6236

www.larzinho.org.br



larzinhosoc